

Inquérito Civil n. 06.2019.00001058-3

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do seu Promotor de Justiça Adalberto Exterkötter, titular da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Sul, com atribuição para atuar na Defesa do Meio Ambiente, e **ELFI JAHN, ELTRUD JAHN DESCHAMPS, MAURO SÉRGIO DESCHAMPS, DEIVIS JAHN, KARINE VIVIANE ZANELLA JAHN, MAICON JAHN, JOSIANE RICHARTZ JAHN, ANALINE JAHN IATZAC, JUAN CHRISTIAN IATZAC**, representados por **NELSON JAHN**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n. 200.761/SSP/SC, inscrito no CPF n. 154.579.159-72, residente e domiciliado na Estrada Blumenau, n. 1.842, bairro Bremer, no Município de Rio do Sul, e **SOCIETATEM EMPREENDIMENTOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n. 18.059.003/001-66, representada por seu sócio-administrador, Valdecírio Sardagna, doravante denominados **COMPROMISSÁRIOS**, ambos (Nelson Jahn e Societatem Empreendimentos LTDA.) representados por **GLAUCO HELENO RUBICK**, advogado com poderes especiais para o fim de assinar este Termo de Ajustamento de Conduta, e, ainda, a **ASSOCIAÇÃO AMBIENTALISTA PIMENTÃO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 08.658.168/0001-09, com endereço na Rua Antonio Moacir Possamai, n. 719, Centro, no Município de Laurentino (SC), representada por seu Presidente, Juarez Inácio de Oliveira, doravante denominada **ANUENTE**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00001058-3, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 91 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

CONSIDERANDO que, por disposição do art. 129, inc. III, da CRFB/1988, o Ministério Público é o órgão encarregado de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos;

CONSIDERANDO que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o art. 225, *caput*, da CRFB/1988;

CONSIDERANDO que, na conceituação do meio ambiente, considera-se a sua manifestação na forma do meio ambiente artificial, traduzido pelo espaço urbano construído;

CONSIDERANDO a função socioambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, inc. XXIII; 170, inc. VI; 182, § 2º; 186, inc. II; e 225, todos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e os princípios jurídicos da prevenção, da precaução e do poluidor pagador;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, conforme art. 225, § 3º, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que tramita nesta 4ª Promotoria de Justiça o Inquérito Civil n. 06.2019.00001058-3, cujo objeto é apurar a possível canalização de dois cursos d'água e o desvio de um ribeirão para a instalação do Loteamento Gran Park das Alianças, na Estrada Blumenau, Bairro Bremer, em tese, pelos Compromissários;

CONSIDERANDO que no Parecer Técnico n. 11/2021/GAM/CAT, de fls. 1201-1232, constatou-se que para implantação do loteamento ocorreu a supressão de 1.126m² de vegetação em Área de Preservação Permanente e mais

48.720m² de indivíduos arbóreos e arbustivos nas demais áreas do loteamento, sem a adequada Autorização de Corte – AuC e a devida compensação, nos termos do artigo 17 da Lei n. 11.428/06;

CONSIDERANDO que as medidas dispostas no plano de recuperação pelo início das obras de terraplanagem sem autorização não seriam suficientes em razão da extensão da intervenção realizada e que durante o licenciamento ambiental a autoridade competente deveria ter estabelecido como condicionantes medidas mais eficazes para recuperação da área, tal como a remoção do aterro entre 15 a 30 metros da APP do Ribeirão dos Quintinos;

CONSIDERANDO que os Compromissários apresentaram argumentação, acompanhada de documentos, pela qual defendem a tese de que a supressão foi em área menor e sem atingir área de preservação permanente;

CONSIDERANDO que o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objetivo a recuperação da capacidade funcional do ecossistema lesado;

CONSIDERANDO que o Assento n. 001/2013/CSMP estabelece critérios para a estipulação de medidas compensatórias e multas por descumprimento de cláusulas em compromissos de ajustamento de conduta firmados pelo Ministério Público;

RESOLVEM

Celebrar o presente COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, de acordo com os seguintes termos:

1 DO OBJETO

Cláusula 1ª. Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a intervenção dentro e fora de Área de Preservação Permanente, mais precisamente a supressão de vegetação nativa para implantação do Loteamento Gran Park, situado na Estrada Blumenau, Bairro Bremer (matrícula n. 51.090), pelos Compromissários.

2 DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS

2.1 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER:

Cláusula 2ª. Como medida compensatória mitigatória pelos danos provocados aos direitos tutelados pelo presente instrumento, *em face do necessário caráter pedagógico e a indispensabilidade da recuperação do dano ambiental*, os Compromissários doarão para a Associação Ambientalista Pimentão, que com isto anui, *parte* do imóvel de Matrícula n. 59.565, do Registro de Imóveis de Rio do Sul, de sua propriedade, com área de 33.019,39m², composta por área útil (30.000,00m²) e uma servidão de acesso (3.019,39m²), conforme mapa incluso, área que será destinada para instituição de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), a fim de contribuir com a preservação do bioma Mata Atlântica e da diversidade biológica dele constante, e dar especial proteção ao local, com potencial para conservação da natureza.

Parágrafo primeiro. Os Compromissários se comprometem a iniciar o processo de desmembramento e transferência da propriedade no prazo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do presente, bem como a fornecer todos os documentos necessários à transferência da propriedade para a Anuente.

Parágrafo segundo. Para o cumprimento do disposto no *caput*, a Anuente, Associação Ambientalista Pimentão, se compromete a iniciar o trâmite burocrático para a criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN junto aos órgãos competentes, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da transferência definitiva da propriedade para seu nome.

Parágrafo terceiro. O Termo de Compromisso da constituição da RPPN deve ser averbado à margem da inscrição dos imóveis junto ao Registro Público de Imóveis, em atenção ao princípio da publicidade e em observância ao que dispõe o artigo 1º do Decreto n. 5.746/2006¹.

Parágrafo quarto. Os Compromissários arcarão com todos os custos relativos à transferência do imóvel descrito na Cláusula Segunda à Anuente, especialmente os decorrentes de taxas e emolumentos.

¹ Art. 1º A Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN é unidade de conservação de domínio privado, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, gravada com perpetuidade, por intermédio de **Termo de Compromisso averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis**. [...]

2.2 DA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER:

Cláusula 3ª. Os Compromissários se comprometem a não fazer qualquer outra intervenção de cunho ambiental no local em foco, salvo se previamente autorizados pelo Órgão ambiental competente.

2.3 DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS:

Cláusula 4ª. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste Termo, os Compromissários sujeitar-se-ão, relativamente às suas obrigações e a título de cláusula penal, no caso estipulado na Cláusula Segunda, em incidência de multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia, até o limite de R\$100.000,00 (cem mil reais), a ser recolhida ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados, criado pelo Decreto Estadual n. 1.047/87, conforme art. 13 da Lei n. 7.347/1985.

Parágrafo Primeiro: Os pagamentos a título de cláusula penal de que trata a Cláusula 4ª terão seus valores atualizados de acordo com índice oficial (INPC), desde a data da celebração deste compromisso até a data do efetivo desembolso, cujos valores serão revertidos em prol do Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados.

Parágrafo Segundo: O valor da multa por descumprimento do TAC não exime os Compromissários de dar andamento à execução da obrigação inadimplida.

Parágrafo Quarto: Não sendo efetuado o depósito do valor da multa por descumprimento do TAC, sua cobrança será realizada pelo Ministério Público de Santa Catarina, com atualização monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o que deveria ser depositado.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 5ª: Comprovada a inexecução do compromisso previsto neste Termo de Ajustamento de Conduta, será facultada ao Ministério Público a imediata execução judicial do presente título, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, como providências e cominações judiciais que poderão vir a ser requeridas

nas esferas civil, administrativa e criminal.

Cláusula 6ª: O cumprimento das obrigações ajustadas não isenta os Compromissários da observância das demais exigências da legislação em vigor e/ou em outras leis que vierem a ser editadas ou entrarem em vigor após sua assinatura.

Cláusula 7ª: Este compromisso não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão ambiental, nem limita ou impede o exercício de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Cláusula 8ª: O presente Termo de Ajustamento de Conduta poderá ser aditado, ainda, se for constatada a superveniência de caso fortuito ou força maior que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas no prazo estabelecido neste compromisso.

Cláusula 9ª: Eventuais questões decorrentes deste TAC serão dirimidas no Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), local em que está sendo firmado o presente ajuste.

Cláusula 10ª: O Ministério Público obriga-se a não agir judicialmente contra os Compromissários em relação ao objeto deste ajuste, desde que cumpridas suas cláusulas no prazo estabelecido.

Parágrafo único. Com o cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, outorga-se plena quitação aos Compromissários, deles não podendo mais ser exigida outra medida compensatória decorrente dos fatos objeto deste Inquérito Civil.

Cláusula 11ª: O presente Termo de Ajuste de Conduta será eficaz a partir da sua assinatura, e os Compromissários ficam, desde já, cientificados de que com a formalização do presente, será promovido o ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil n. 06.2019.00001058-3, nos termos do artigo 49, *caput*, do Ato 395/2018/PGJ, sendo-lhe possível, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público que

apreciar a promoção de arquivamento, apresentar recurso por meio de razões escritas ou documentos.

Assim, justos e acertados, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos moldes do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985.

Rio do Sul, 10 de dezembro de 2021.

[assinado digitalmente]

ADALBERTO EXTERKÖTTER

Promotor de Justiça

GLAUCO HELENO RUBICK

Advogado – OAB/SC n. 6315

NELSON JAHN

SOCIETATEM EMPREENDIMENTOS LTDA.

ASSOCIAÇÃO AMBIENTALISTA PIMENTÃO

Anuente

Testemunhas:

Rubia Fiamoncini

Thalita Alexandre Antunes